



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0005450-55.2012.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Edição**
 Requerente: **Juliana Zelita Favoretti Me**
 Requerido: **Ricardo Henrique Brito de Souza**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

JULIANA ZELITA FAVORETTI ME, qualificado(s) na inicial, demanda execução de título judicial em face de Ricardo Henrique Brito de Souza, também qualificado, apresentando conta de liquidação no valor de R\$ 4.144,20, da qual foi o devedor intimado para pagamento nos termos do art. 475-J, do Código de Processo Civil.

O devedor veio aos autos depositar o valor de R\$ 690,94, impugnando a conta da credora sob o argumento de que seria incorreta a liquidação da dívida apontada no título, atento a que o valor nele indicado para ser tomado por base para tal conta, referente às três (03) parcelas de R\$ 900,00, devidamente atualizadas, soma R\$ 3.453,50 conforme a conta da própria credora, resultando em que os 20% devidos a título da multa à qual se referiu a condenação tenha o valor de R\$ 690,94, pugnando assim pelo acolhimento da impugnação e pela condenação da credora/impugnada como litigante de má-fé.

A credora/impugnada respondeu sustentando que nunca atuou com a má-fé reclamada pelo devedor, pugnando pela remessa dos autos ao contador judicial para conferência das contas.

É o relatório.

Decido.

Com o devido respeito à credora/impugnada, não há necessidade de remessa dos autos ao contador judicial, porquanto as questões aritméticas estejam evidenciadas nas próprias contas, permitindo a solução da controvérsia sem necessidade do auxílio técnico, como se verá.

A conta e o entendimento sustentados pelo requerido/impugnante estão corretos.

A conta da credora aplica a correção monetária de forma devida, e os juros de mora de forma igualmente correta, pois da data da citação, 01 de junho de 2012, até a data da conta, em setembro de 2013, transcorreram os 14 meses.

O que é manifestamente equivocado na conta da credora é que, após o cálculo dos 20% da multa, que corresponde aos R\$ 690,70 depositados pelo devedor, foi o valor dessa multa somado ao valor das parcelas, às quais a sentença expressamente se referiu, declarando a inexistência de direito da credora ao recebimento, valendo lembrar: *"não há como se considerar, nas condições em que havida a desavença entre as partes, ocorrida mora do réu, que, de fato, tem razão em recusar o pagamento à vista da manifesta não observância do contrato pela ré, que, vale repetir, tendo se comprometido a doze (12) publicações no prazo de doze (12) meses, passa a veicular a revista bimestralmente. Aplica-se a exceção do contrato não cumprido (exceptio non adimplenti contractus), nos exatos termos do que regula o art. 476 do Código Civil"* (vide fls. 59



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

verso e 60).

Mais adianta, remata: *"o valor de R\$ 900,00 de cada uma das três (03) parcelas restantes admitirá o acréscimo de correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data dos respectivos vencimentos bimestrais, quais sejam, outubro e dezembro de 2011 e fevereiro de 2012, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, e sobre o saldo assim apurado aplicar-se-á a multa penal rescisória de 20% (vinte por cento), cujo produto representará a indenização a que faz jus a autora pela rescisão antecipada do contrato, pelo réu. Não há direito da autora a exigir o recebimento das parcelas vincendas, pois assim não permite o contrato nem tampouco a lei, haja vista a incontroversa rescisão solicitada pelo réu"* (vide fls. 60 e 60 verso).

Como se vê, a própria existência do direito da autora à multa rescisória é sinal evidente que não haja direito ao recebimento das prestações.

Diante dessas considerações, evidente a procedência da impugnação, mas não para considerar a credora como litigante de má-fé, para o que se exigiria expediente menos evidente no que diz respeito ao equívoco aritmético.

Da forma como postulada a execução, evidencia-se a inexistência do dolo.

Vale lembrar que, *"Interposta impugnação, há forçosa condenação do vencido a pagar custas e honorários advocatícios de sucumbência do agora incidente, porque terá exigido trabalho do profissional do litigante vencedor (cf. AI nº 990100687670 - 28ª Câmara de Direito Privado TJSP - 13/04/2010 ¹)*.

Ora, a autora, que já não fez jus a qualquer valor referente à sucumbência quando da formação do título judicial, deverá agora arcar com a sucumbência por conta do equívoco na elaboração da conta de liquidação da dívida, de modo que, correndo esse risco, não nos parece estivesse ainda imbuída de má-fé, a parte, para postular execução em valor acima do devido, razões pelas quais rejeita-se a tese.

Cumprirá, portanto, à credora/impugnada arcar com o pagamento das despesa processuais da execução e honorários advocatícios, esses arbitrados em 15% do valor da dívida, atualizado, considerado nessa fixação o pequeno valor da dívida.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a impugnação oposta pelo devedor Ricardo Henrique Brito de Souza nesta execução que lhe move a credora JULIANA ZELITA FAVORETTI ME, em consequência do que declaro liquidado o título executivo judicial pelo valor de R\$ 690,94 (*seiscentos e noventa reais e noventa centavos*), já depositados pelo devedor, em consequência do que JULGO EXTINTA a execução, com base no art. 794, I, do Código de Processo Civil, e CONDENO a credora/impugnada ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 15% do valor da dívida, atualizado.

Defiro o levantamento, pela credora/impugnada, do valor depositado pelo devedor/impugnante, **deduzida a sucumbência**. Expeça-se guia de levantamento em favor da credora.

P. R. I.

São Carlos, 16 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

¹ www.esaj.tj.sp.gov.br.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min